



Volume 3, Número 1, 2026

**AS CHARGES NA GÊNESE DO PERÍODO REPUBLICANO
BRASILEIRO: LEITURAS POSSÍVEIS NO ENSINO DE HISTÓRIA
*THE POLITICAL CARTOONS ON THE GENESIS OF THE BRAZILIAN
REPUBLICAN PERIOD: POSSIBLE READINGS IN THE TEACHING
OF HISTORY***

Renato Felisbino de Carvalho¹
Amanda Beatriz Soares da Silva²
Tatiane dos Santos Virtuoso³

Resumo: Este trabalho busca elucidar um experimento de intervenção acadêmica em uma sala de aula da educação básica catarinense. A partir da escolha de uma temática centrada nas datas comemorativas do calendário nacional, utilizou-se um embasamento teórico sobre a Proclamação da República do Brasil, visando trazer esse conteúdo, explicações e questionamentos para a sala de aula. Tal atividade foi transposta por acadêmicos graduandos do curso de Licenciatura em História da Unesc, que tiveram seus primeiros contatos oficiais com a sala de aula e com a ministração de aulas. Assim sendo, visa-se compreender, com o aporte da fonte/linguagem “charge”, quais as diferentes perspectivas para se trabalhar aquele conteúdo histórico na escola, bem como enxergar os resultados trazidos à tona pela intervenção do grupo. Além, é claro, de notar a importância desses processos e das experiências obtidas na formação dos graduandos enquanto futuros docentes de História.

Palavras-chave: intervenção em sala de aula; iniciação à docência; História em sala de aula.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Atua como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) financiado pela Capes.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Atua como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) financiado pela Capes.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/Unesc), mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Atualmente, é coordenadora e professora do Curso de Licenciatura em História da Unesc, integra grupos de pesquisa nas áreas de patrimônio, memória e História da Educação e participa do PIBID/Unesc.

Abstract: This work intends to elucidate an experiment of academic intervention in a Santa Catarina basic education classroom. Starting with the choice of the theme centered around commemorative dates on the national calendar, a theoretical foundation about the Proclamation of the Republic of Brazil was used, aiming to bring this subject matter, its explanations and questionings into the classroom. Such a process was brought about by academic undergraduates in the History degree program at Unesc, who had their first official experiences with the classroom and teaching. That being the case, the goal is to understand, with the help of the source/medium “political cartoon”, the different approaches to teaching that historical subject in the school, as well as visualize the results brought about by the group’s intervention. In addition, of course, to recognizing the importance of these processes and the experiences obtained in the formation of the undergraduate students as future History teachers.

Keywords: classroom intervention; teaching initiation; History in the classroom.

1. INTRODUÇÃO

Este texto abarca experiências desenvolvidas ao longo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o qual é fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, estabelecem-se parcerias entre universidades e escolas da Educação Básica, visando ao acolhimento dos graduandos em licenciatura para a realização de observações e intervenções práticas em sala de aula, sob a orientação de professores supervisores nas escolas e docentes das universidades.

Por meio da colaboração entre uma das unidades de ensino contempladas pelo projeto do Edital Pibid 2024, a Escola Municipal de Educação Básica Dionízio Milioli, de Criciúma, e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) permitiu-se que acadêmicos de História pudessem realizar, sob a supervisão da docente regente, suas atividades naquele ambiente escolar. Nesse contexto, o grupo, então composto por três licenciandos, elaborou uma intervenção pedagógica a ser desenvolvida ao longo de seis aulas para uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. A proposta, alicerçada em referenciais teóricos e nas observações *in loco*, abordou um evento histórico específico e buscou promover reflexões, questionamentos e participação ativa dos estudantes, culminando na produção de um trabalho final por eles.

Como parte dos combinados ao longo do avanço do programa, foi definido que os grupos desenvolveriam intervenções relacionadas ao calendário cívico brasileiro, buscando problematizar seus significados históricos e as narrativas construídas em torno de suas datas comemorativas. Sendo assim, o grupo decidiu por abordar o dia 15 de novembro, data da Proclamação da República, uma vez que esse evento, apesar de estar nos livros e no ensino de História, é frequentemente pouco notado pela sociedade, tendo sua principal importância

atada somente ao seu caráter de feriado nacional, ofuscando a relevância das mudanças políticas e históricas por trás dessa data.

A partir dessa escolha, procuraram-se alternativas de apresentação do tema além da narrativa tradicional, visto que era desejado aproximar a realidade dos alunos ao conteúdo, o qual, frequentemente, é abordado de uma forma que o faz parecer muito desconexo dela. Nessa perspectiva, a seguinte questão fundamentou a problemática desta intervenção: como é possível pensar de outra maneira a construção do conhecimento escolar acerca da Proclamação da República com base nas charges enquanto gênero discursivo (ou fonte/linguagem)? Dessa forma, foram utilizadas as ideias de “proclamações” no plural e de “formação das almas”, entendidas como a construção da identidade republicana brasileira, trabalhadas por José Murilo de Carvalho em seu livro “A Formação das Almas”. Ainda, foram mobilizadas as reflexões de Elias Thomé Saliba acerca do imaginário cotidiano da República brasileira, apresentadas no seu capítulo da obra “História da Vida Privada no Brasil”, organizada por Nicolau Sevcenko. Quanto aos excertos visuais das charges, foram utilizadas produções de tal gênero que circulavam nos jornais por volta do início do período republicano, nos quais elas tinham extrema relevância política e social para aquele contexto, e essa abordagem foi fundamentada na autora Susy Ferreira Gomes, que expõe aquela linguagem enquanto instrumento de aprendizado em sala de aula. A partir dessas fontes teóricas, buscou-se questionar criticamente a construção da narrativa da Proclamação da República e sobre as reverberações que o 15 de novembro produziu na sociedade de sua época e posteriormente.

Desse modo, esse relato tem como objetivo geral abarcar a experiência da intervenção em sala de aula exercida pelos acadêmicos bolsistas do Pibid de História sobre a Proclamação da República. Mais especificamente, a partir da atuação em sala de aula, pretende-se: reavaliar a abordagem tradicional do evento no ensino de História; compreender a charge no ensino desse conteúdo como forma de aproximação à realidade dos estudantes; e situar a leitura feita pelos alunos a partir das aulas ministradas, com o fio condutor da produção autoral discente, assim como as repercussões do processo na formação dos licenciandos.

Em um primeiro momento, discute-se o 15 de novembro sob o olhar da Historiografia, iniciando-se com uma síntese convencional sobre o acontecido e, após, destacando-se os questionamentos trazidos pelos historiadores. Na sequência, relata-se o ocorrido na atividade de intervenção, desde sua concepção inicial, sua aplicação nas aulas, até o momento conclusivo de produção discente.

Em seguida, as produções entregues pelos alunos são analisadas e descritas. Essa análise visa compreender, a partir desse material, de que maneira eles conseguiram relacionar os conteúdos trabalhados sobre o 15 de novembro com suas vivências próprias

por meio do exercício de produção autoral, assim como entender de que modo essa experiência contribuiu para os objetivos do grupo de iniciação à docência. Diante do relatado, objetiva-se pensar uma alternativa dentro do ensino de História em sala de aula, aprofundando certos quesitos, como a ressignificação dos símbolos nacionais pelo regime republicano, dentro do panorama curricular nacional, com intenção de promover uma educação crítica e em constante conexão com os estudantes.

2. A TEMÁTICA DA INTERVENÇÃO: O OLHAR HISTORIOGRÁFICO

A intervenção se debruçou sobre o dia 15 de novembro, conhecido como o dia da “Proclamação da República” no Brasil. A data, a qual é feriado nacional, simboliza o início do regime republicano no Brasil, no qual se pôs fim ao governo monárquico que até então regia. Na ocasião, em 1889, militares, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, marcharam pelo Rio de Janeiro, dando vivas à República e forçando a família real ao exílio.

O aporte teórico trouxe as principais questões e representações que movimentam esse acontecimento na historiografia. De mais destaque, José Murilo de Carvalho, no seu livro “A Formação das Almas”, o principal livro sobre a temática, busca compreender o evento por meio da desconstrução e desocultação daquilo que foi preterido na criação do mito de origem da República brasileira. Assim, são apresentadas as diversas narrativas sobre o evento, além de como se forja um ideário nacional a partir da transformação de elementos constituintes da identidade do país, da bandeira ao hino.

Imediatamente após a “proclamação” do novo governo, já buscava-se criar sua versão na história oficial. Mesmo assim, nota-se que, de modo geral, “[a] proclamação da república é caracterizada pela historiografia como golpe, pois teria ocorrido uma mudança abrupta de regime, sem contudo, encontrar resistência ou luta”.⁴ Portanto, há a necessidade de analisar o 15 de novembro por meio da sua multiplicidade narrativa, pois o ocorrido naquele momento histórico possui certas convergências fundamentais, mas há muitas divergências específicas em torno das figuras participantes e seus apoiadores, uma vez que cada um possuía uma visão distinta e contrária aos demais que atuaram no evento.

Para a multiplicidade de narrativas históricas da Proclamação, José Murilo de Carvalho classifica três correntes principais que moldaram a interpretação do evento: i) “A República Militar” ou “deodorismo”; ii) “A República Sociocrática” ou “positivismo”; e iii) “A República Liberal” ou “republicanismo”.

A primeira vertente, denominada “militarista”, é aquela de Marechal Deodoro da Fonseca e seus apoiadores. “Para esse grupo, a proclamação foi ato estritamente militar,

⁴ ARAÚJO, 2019, p. 42.

corporativo, executado sobre a liderança insubstituível de Deodoro. Os civis pouco ou nada influíram”⁵. Essa visão, de maneira destacada pelo autor, enxergava no 15 de novembro a chave para a resolução da “Questão Militar” do Império. Sendo assim, não teorizava um ideal de República.

Já a segunda corrente, chamada de “positivista”, é melhor representada por Benjamin Constant e seus seguidores. Como melhor descreve o historiador:

[s]e a república dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria. Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente e uma projeção do futuro. Incorporava, ainda, uma tendência messiânica, a convicção do papel missionário que cabia aos positivistas, tanto militares como civis. A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência.⁶

A terceira narrativa, da República Liberal, assim como a dos apoiadores de Constant, tinha um ideário republicano. Esse segmento, representado especialmente pelo Partido Republicano, criado em 1870, buscava, no estabelecimento de uma república, uma superação da monarquia, a qual era tida como uma forma de governo estrangeira à América, proveniente do “Velho Mundo”, i.e. a Europa. Sendo assim, se inspiraram fortemente na Revolução Americana (1776-1783), além de valorizar a participação popular na mudança política. De qualquer forma, para essa corrente, só restou o apoio aos militares, uma vez que o movimento não era suficientemente consolidado para levar à cabo uma mudança de regime.

Para além da fundamentação das narrativas, é necessário trabalhar a dita “formação das almas” do Brasil republicano. A princípio, com o fim da Monarquia, e levando em consideração que todo o conjunto de ideias e símbolos brasileiros eram, até então, indissociáveis da figura da coroa e do imperador (bandeira, moeda, documentos e símbolos oficiais, etcétera), necessitou-se da criação de uma nova simbologia, que encarnava uma nova lógica brasileira, dessa vez, republicana.

A primeira mudança simbólica deveria ser a do herói nacional, sendo os heróis, na concepção de José Murilo de Carvalho, “[...] instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”.⁷ Considerando-se isso, a falta de participação do povo no movimento dificultou a tarefa de encontrar um herói. “No

⁵ CARVALHO, 1990, p. 38.

⁶ Ibidem, p. 44.

⁷ Ibidem, p. 55.

caso brasileiro, foi grande o esforço de transformação dos principais participantes do 15 de novembro em heróis do novo regime”.⁸ Desse modo, tentou-se a “heroificação” de ao menos três participantes: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Todavia, as associações e reputações desses indivíduos os afastaram da idealidade requerida por um herói nacional. Sendo assim, para a criação do herói do “mito de origem” do Brasil República, foi encontrada a figura do antigo inconfidente mineiro, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Esse fora escolhido, dentre outros fatores: i) por ser republicano; ii) por ter lutado contra a monarquia brasileira; e iii) por representar a região sudeste, a região mais próspera do Brasil no momento. Dessa maneira, Tiradentes foi adotado como figura nacional, criando-se o feriado à sua morte e produzindo-se diversas representações artísticas que o associavam à figura de Jesus Cristo, agindo enquanto um “Cristo do povo” brasileiro.

Juntamente à quebra dos símbolos monárquicos, a próxima etapa do governo republicano era trazer à tona suas inspirações, tanto do Velho Mundo (França) quanto do Novo (Estados Unidos). Nesse sentido, “[u]m dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República”.⁹ Esse símbolo, com origem na Antiguidade Romana, utilizava a alegoria feminina para simbolizar a liberdade. Tal representação acompanhava outros elementos fundamentais, como a utilização do “barrete frígio”, o qual remete à província romana da Frígia, na qual escravizados libertos utilizavam o acessório, o que fortaleceu o seu significado de libertação. Na França, essa figura feminina, de traje romano e barrete frígio, recebeu o nome de “Marianne”, uma junção de “Marie” e “Anne”, os dois nomes mais comuns entre as mulheres do país. No Brasil, dada a esplêndida admiração de muitos republicanos pela França e seu modelo republicano, foi concebida a figura de “Maria”, uma versão abasileirada da efígie francesa a ser utilizada dentre os símbolos oficiais para representar o novo regime em toda a sua beleza.

A bandeira nacional também foi resultado de outra mudança de símbolos oficiais. Criada com a Independência em 1822, nela se faziam presentes muitos símbolos próprios à monarquia portuguesa. Ainda assim, a concepção de uma nova bandeira republicana foi problemática, como é apontado por Carvalho. A princípio, algumas bandeiras tiveram uso efêmero. Posteriormente, de origem não muito bem compreendida, surgiu uma versão readaptada da bandeira imperial, com as mesmas formas e coloração, porém, com a adição das estrelas representando os estados em uma constelação, em conjunto com o lema inspirado pelos colaboradores positivistas “Ordem e Progresso”.

Durante o processo, os republicanos não se esqueceram do hino, outro aspecto da (re)apropriação de símbolos. Para tal, promoveu-se a composição de um novo hino nacional,

⁸ Carvalho, 1990, p. 56.

⁹ Ibidem, p. 75.

com uma nova letra e uma nova melodia. A princípio, dadas as fortes influências francesas, queria-se a adoção de uma versão abasileirada da música revolucionária francesa “*La Marseillaise*”. Contudo, teve-se preferência por um hino nacional original. A partir disso, um concurso resultou em uma nova produção musical, tocada de imediato em cerimônias republicanas brasileiras. Entretanto, o carinho do povo pelo hino imperial do período da Independência levou ao abandono do recém-criado hino, conhecido como o “Hino da Proclamação da República”, e à reimplementação da melodia imperial, a qual, juntamente a uma nova letra escrita na década de 1920, formou o “Hino Nacional Brasileiro” da maneira como é mais conhecido.

Desse modo, o processo de “Formação das Almas” tentou ser consolidado pela substituição do repertório simbólico monárquico por um republicano, cujos frutos são elementos da permanência temporal na simbologia nacional que caracteriza o país. À vista disso, problematizar essas transformações por meio, por exemplo, da diversidade narrativa, foi a base da intervenção didática elaborada pelo grupo.

3. A LINGUAGEM E SUA APLICAÇÃO NO ENSINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

No meio da construção da República brasileira pelos novos republicanos, o povo, o qual havia assistido “bestializado” à mudança de regime, se situava às mudanças por meio de críticas ou questionamentos nos veículos de comunicação do período. Assim sendo,

Uma das maneiras de representação desses impasses e dessas temporalidades diversas da história brasileira, no período inaugurado pela Abolição e pela República, foram os registros cômicos; eles constituíram, talvez, não apenas mais uma das formas de representar a República, mas uma forma privilegiada para representar as condições de possibilidade das vivências e das sociabilidades cotidianas no país.¹⁰

Percebe-se, nessa direção, o imagético humorístico enquanto ferramenta excêntrica à análise histórica do período. É notável que “[...] essa representação cômica da vida nacional não nasceu e nem se iniciou com a República, mas, com ela, certamente adquiriu novas dimensões”.¹¹ Dessa forma, à medida que expandiam-se os desenvolvimentos tecnológicos e dos meios de comunicação, aumentavam-se as formas de questionar a ordem vigente no país. Ou, como Saliba esclarece,

O incremento das páginas humorísticas acompanha, num primeiro momento, esse desenvolvimento da grande imprensa, abrindo espaço nos grandes jornais e, depois, sobretudo no início do século, já ocupando um espaço significativo nas revistas semanais. A tradição da representação humorística, que já vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado, ganha maior força e se aprofunda com o desenvolvimento

¹⁰ SALIBA, 1998, p. 297.

¹¹ Ibidem, p. 297.

da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas e do *réclame* publicitário, no início da República.¹²

Essa linguagem, a qual leva o nome de “charge”, “[...] é um desenho singular, que possui relação com demais desenhos gráficos — caricatura e cartum — e com os quais às vezes é confundida. Mas que em sua estrutura e função possui características únicas”. Nesse sentido, “[e]sse desenho é a articulação que existe entre diferentes linguagens, especialmente a verbal e a visual, possui o humor e irreverência como umas de suas ferramentas, e atua como instrumento de reflexão e crítica”.¹³ Por conseguinte, a charge e sua divulgação nas mídias tinham a função tanto de apoiar o regime em vigor e seus símbolos como também de veicular críticas contundentes à administração, baseando-se em ações dos políticos do momento.

Para o emprego na investigação histórica, assim como na análise dela,

[a] charge é uma forma de comunicação condensada com muitas informações, em que o entendimento depende de um conjunto de dados e fatos contemporâneos ao momento específico em que se estabelece a relação discursiva entre o produtor e o receptor, e aliada ao humor atrai o leitor para uma crítica de forma descontraída [...].¹⁴

Portanto, à aplicação em sala de aula, afirma Gomes, “[...] a sua característica [da charge] humorística promove um maior interesse por parte dos alunos que, ao analisá-las, desenvolveram uma visão crítica a respeito do assunto que a mesma aborda e, ao mesmo tempo, trabalhará tanto a aprendizagem bem como com a socialização de conhecimentos”.¹⁵

Posto isso, a fonte/linguagem da charge se tornou indispensável para a avaliação dos imbróglios, entre símbolos e práticas, experienciados pelo novo regime republicano. Dessarte, foi possibilitada aos estudantes, após a análise do material histórico das charges, a observação dos elementos em discussão dentro do processo de legitimação do Brasil republicano.

4. DO PLANEJAMENTO À APLICAÇÃO EM SALA DE AULA

A atividade iniciou-se no dia 17/04/2026, e continuou nos dias 24/04 e 08/05, totalizando três encontros de duas aulas cada. A intervenção teve como palco a Escola Municipal Dionízio Milioli, instituição escolar localizada no bairro Ana Maria e que atende a comunidade do próprio bairro e de seus arredores, nos subúrbios de Criciúma, Santa Catarina.

¹² SALIBA, 1998, p. 298.

¹³ GOMES, 2017, p. 125.

¹⁴ Ibidem, p. 128-129.

¹⁵ Ibidem, p. 128.

A experiência pode ser descrita enquanto uma tentativa de apresentar à turma de nono ano um conteúdo de História temático ao calendário brasileiro: o dia 15 de novembro. Dessa maneira, os integrantes bolsistas do Pibid articularam a interpretação do conteúdo na busca por um embasamento teórico suficiente ao desenvolvimento e à organização das aulas da intervenção.

O planejamento da prática partiu da iniciativa dos estudantes do grupo do Pibid em discussão com a professora regente. Feita a escolha da data temática, precisou-se, seguidamente, pensar em obras historiográficas para apoiar a experiência em bases conceituais, sem esquecer da linguagem de análise a ser utilizada para a proposta de produção discente. Logo, a obra “A Formação das Almas”, de José Murilo de Carvalho, em conjunto com o capítulo “A dimensão cômica da vida privada na República”, do livro “História da vida privada no Brasil”, ofereceram recursos visuais expressivos para apresentar o conteúdo da Proclamação com os alunos.

A intervenção, tendo sido planejada, foi exercida em uma quantidade de aulas expositivo-dialogadas, concluídas com o momento final de produção de uma charge pelos discentes. A exposição ao conteúdo, montado em slides, foi realizada em uma sala do recinto escolar, a qual possuía recursos didáticos como projetor, computador e caixa de som. A organização delimitou um total de 6 aulas para o desenvolvimento da proposta.

Na aula inicial, ocorreu a apresentação à turma, trabalhando inicialmente com o conhecimento prévio dos estudantes, visando entender qual a base já consolidada deles. O primeiro elemento, após a apresentação do grupo e do tema, foi uma pintura que retrata o evento da Proclamação da República no Rio de Janeiro, sobre a qual foi indagado à turma quais elementos eram vistos na imagem, pensando em enxergá-la pela natureza militarista. Nesse momento, a participação dos alunos foi tímida, visto que permaneceram quietos e não pareciam se lembrar do conteúdo que haviam estudado até então. Tendo essa adversidade à frente, foi apresentada a narrativa “tradicional” do evento histórico e seus antecedentes comuns mais apontados (Questão Militar, Abolição da escravidão, etc.) para recontextualizar os estudantes sobre a natureza dele.

Após a primeira fundamentação, o grupo seguiu a apresentação buscando movimentar pensamentos críticos sobre o que se entende sob a Proclamação com questionamentos-chave, a exemplo de “Golpe ou revolução?”, “Foi somente isso?” ou “Não houveram disputas para montar um novo governo?”. Ainda sem muita participação discente, os acadêmicos explicaram a origem dessas questões e, então, deu-se início à problematização do evento histórico, buscando entender a criação de narrativas e a mistificação da chamada “Proclamação” sob o viés da ideia de “Proclamações”. Dentro dessa perspectiva, foram expostas as diferentes narrativas e seus representantes na composição do evento, explicitando as principais concepções de cada corrente. Além disso, logo em

seguida, foi exibida a pintura de 1890 “Proclamação da República”, de Henrique Bernadelli, a qual mostra Marechal Deodoro no centro da imagem, com demais figuras, como Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, ao fundo. Essa obra foi utilizada para indagar os estudantes sobre qual narrativa, dentre as apresentadas, seria a defendida implicitamente ou explicitamente pela pintura. A partir daí, os discentes, contando também com incentivos da professora regente, identificaram que, estando o Marechal Deodoro no centro da imagem, a narrativa defendida pelo pintor seria a que vangloriava o militar. Tendo em vista as respostas, o grupo passou adiante e fez uma “dissecção” da imagem, revelando quais as figuras que estavam ali presentes, para o reconhecimento por parte dos estudantes.

Ainda no primeiro encontro, depois do primeiro contato e das primeiras divergências vistas no campo de criação de narrativas históricas, os pibidianos proporcionaram a reflexão crítica de outros elementos. Com a compreensão do evento do dia 15 de novembro como um acontecimento multifacetado, permitiu-se pensar o regime republicano brasileiro enquanto carente de legitimidade, necessitando de elementos fortalecedores. Assim, foram apresentadas questões em volta da criação do novo herói republicano nacional: quem poderia ser, quem não foi e quem ultimamente virou. Com isso, mostrou-se quais foram os possíveis “heróis republicanos” à época da Proclamação. Os alunos, a esse ponto, notavelmente mais participativos e atentos, já por iniciativa própria mencionaram alguns nomes e se viram os acertando conforme o slide revelava cada uma das três figuras, uma por vez.

Com a apresentação dos possíveis heróis, o grupo continuou questionando os estudantes e garantindo que havia um entendimento sobre a impossibilidade daqueles ocuparem tal posição. Sem tardar, veio à tona, de forma misteriosa, o herói nacional que fora escolhido, mostrado inicialmente por meio de pequenas proposições que pudessem dar “pistas” de qual figura seria. Os discentes pareciam interessados em adivinhar, e alguns conseguiram deduzir antes de a figura ser revelada. Havia quatro pistas e, chegando na última, a qual dizia que era “parte da Inconfidência Mineira”, enxergou-se a figura de Tiradentes. Enquanto isso, no breve tempo restante, se questionava se ele era uma nova criação enquanto herói ou se já o era no período imperial. Assim sendo, os acadêmicos mostraram duas pinturas representando o inconfidente mineiro, nas quais ele era retratado em sua forma “tradicional” (e duvidosa), com longos cabelos e barba, apesar de ser um militar. Seguido a isso, foi indagado aos alunos com qual outra figura histórica essas ilustrações de Tiradentes se assemelhavam visualmente, com então a unanimidade dos estudantes, de forma autônoma, associando aquela aparência à imagem de Jesus Cristo. Assim, com essa exposição, encerrou-se o primeiro dia da intervenção.

Na semana seguinte, o grupo continuou a abordagem que estava sendo desenvolvida. Retomando de forma breve o conteúdo apresentado, buscou-se fechar a discussão sobre a figura do herói nacional. Desse jeito, resumiu-se a discussão sobre

a martirização de Tiradentes, mostrando sua semelhança pitoresca com a figura cristã de Jesus nas principais obras e explicando as razões que o levaram a ter a primazia no papel de herói nacional, fazendo relação direta ao feriado de 21 de abril, que havia recentemente ocorrido.

A aula mudou, então, para abordar a necessidade do governo republicano de criar novos símbolos e falar do fato de todos os símbolos anteriores serem vinculados à figura real. Assim, por meio do questionamento “Com o herói nacional, o que faltava para a República substituir da Monarquia?”, foram vistas imagens de símbolos, como a figura do imperador e as moedas que circulavam no país, as quais estampam sua face. Logo, iniciou-se uma exposição às influências republicanas estrangeiras no movimento brasileiro. Em um primeiro momento, foi mostrada a pintura “*La Liberté guidant le peuple*” ou “A Liberdade guiando o povo”, do pintor francês Eugène Delacroix, feita em 1830. Tradicional nos livros didáticos e sempre trabalhada quando se discute o tema Revolução Francesa, foi trazida à tela para que os alunos pudessem interpretar elementos retratados nela que poderiam ser apontados como inspiração para os republicanos brasileiros. Sendo assim, os estudantes mencionaram suas impressões sobre a imagem e seu conteúdo. Seguidamente, foi explicada a simbologia por trás da “república-mulher” e de símbolos como o barrete frígio. A partir disso, foi passada uma sequência de imagens do início do período republicano que mostravam essa figura feminina e discutida a presença dela. Após, foram trazidas imagens da bandeira de Santa Catarina, a qual possui um barrete frígio desenhado, e da cédula do Real, que mostra a figura feminina da República em todas as suas cédulas. O objetivo fora permitir aos estudantes enxergar inspirações e modelos republicanos no cotidiano.

Feita a apresentação sobre a república-mulher, foram vistos outros elementos fundamentais na composição do ideário nacional republicano. A partir do questionamento sobre quais símbolos ainda necessitavam ser alterados pelo movimento republicano, apresentou-se a então bandeira imperial brasileira e, logo em seguida, a primeira “bandeira republicana”, a qual foi colocada lado a lado com a bandeira estadunidense do período para demonstrar a direta inspiração. Por fim, foi explicado como se chegou à criação de uma legítima bandeira republicana, que se faz presente no modelo atual de bandeira. Além disso, também foi trabalhado o hino brasileiro. Assim, questionou-se sua necessidade e apresentou-se a inspiração no hino revolucionário francês “*La Marseillaise*”, sendo reproduzido um trecho dele para que os estudantes pudessem escutá-lo. Na sequência, discutiu-se a trama, que era a busca pela criação de um novo hino nacional, e de como esse não caiu nas graças do povo, dando lugar ao antigo hino imperial, sendo criado, portanto, o “Hino da Proclamação da República”. Da mesma forma, os hinos nacional e da proclamação foram reproduzidos para que os discentes pudessem ouvi-los.

Levando em consideração toda a bagagem construída com a apresentação dos elementos iniciais, buscou-se concluir a abordagem com um gancho de produção. A partir da visão da “formação das almas” republicanas, o grupo seguiu para a visão de um gênero textual que pudesse ser enxergado e desenvolvido plenamente em relação com o conteúdo. Diante desse pressuposto, os estudantes puderam ver repercussões do estabelecimento do período republicano, com os elementos já expostos, em charges do período, as quais criticavam ferozmente o regime. Tendo as primeiras reações, foi delimitado pelos acadêmicos qual o conceito de charge, seus elementos essenciais e, finalmente, foi feita uma proposta de produção para os estudantes: desenvolver uma charge própria, autoral, que dialogasse com os elementos do republicanismo brasileiro na época da Proclamação. Essa atividade de produção foi a conclusão do conjunto das quatro primeiras aulas.

Posteriormente, foi explicado para os alunos que os tempos das aulas de História, nos dias 07/05 (1 aula) e 08/05 (2 aulas), seria um período de elaboração e construção em trios, duplas ou individualmente. Com isso, nas datas disponibilizadas, os discentes partiram ao serviço e compuseram produções sobre suas compreensões do conteúdo apresentado. Seus trabalhos foram recolhidos, visualizados e avaliados pelos participantes do Pibid.¹⁶

5. AS PRODUÇÕES DISCENTES SOB A LENTE DOS GRADUANDOS

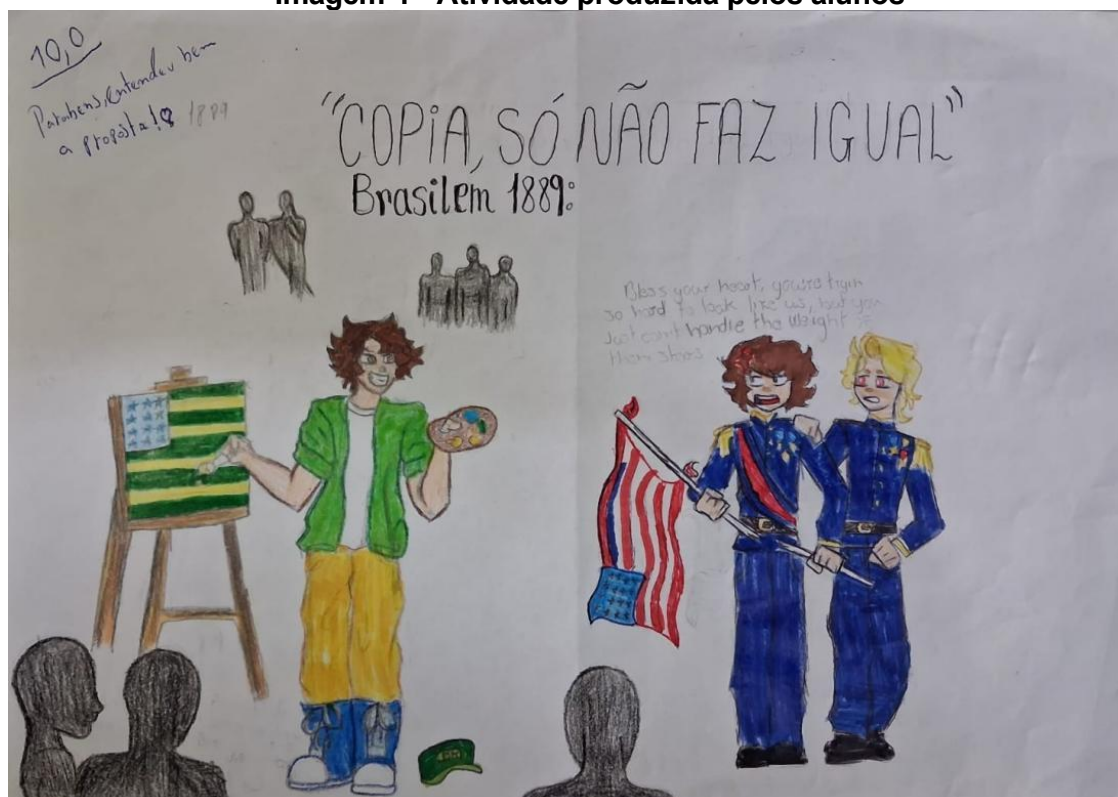
Ocorridas a conclusão da intervenção e a finalização da produção proposta, foram recolhidos os trabalhos discentes para ser realizada sua análise. Com base nela, observa-se, em linhas gerais, uma concordância à delimitação temática da Proclamação da República.

Os bolsistas do Pibid puderam experienciar, enquanto futuros professores, a vivência de condução de aula e do contato com uma classe da educação básica. Apesar de um início com participação tímida dos alunos, gradualmente amplificaram-se as contribuições desses, utilizando seus conhecimentos prévios nas discussões promovidas.

Outra etapa na experiência de contato com o ensino escolar de História foi a produção discente. Essa, enquanto construção coletiva do conhecimento entre os alunos e os professores em exercício, pôde ser vista enquanto processo de apropriação do conteúdo com o uso das linguagens.

¹⁶ As produções dos alunos foram analisadas criteriosamente com base na criatividade e paridade com o conteúdo apresentado, resultando em uma nota a compor a média trimestral de História, permitindo diferentes interpretações e sem desconsiderar qualquer um dos pensamentos elaborados.

Imagem 1 - Atividade produzida pelos alunos



Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 2 - Atividade produzida pelos alunos



Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 3 - Atividade produzida pelos alunos



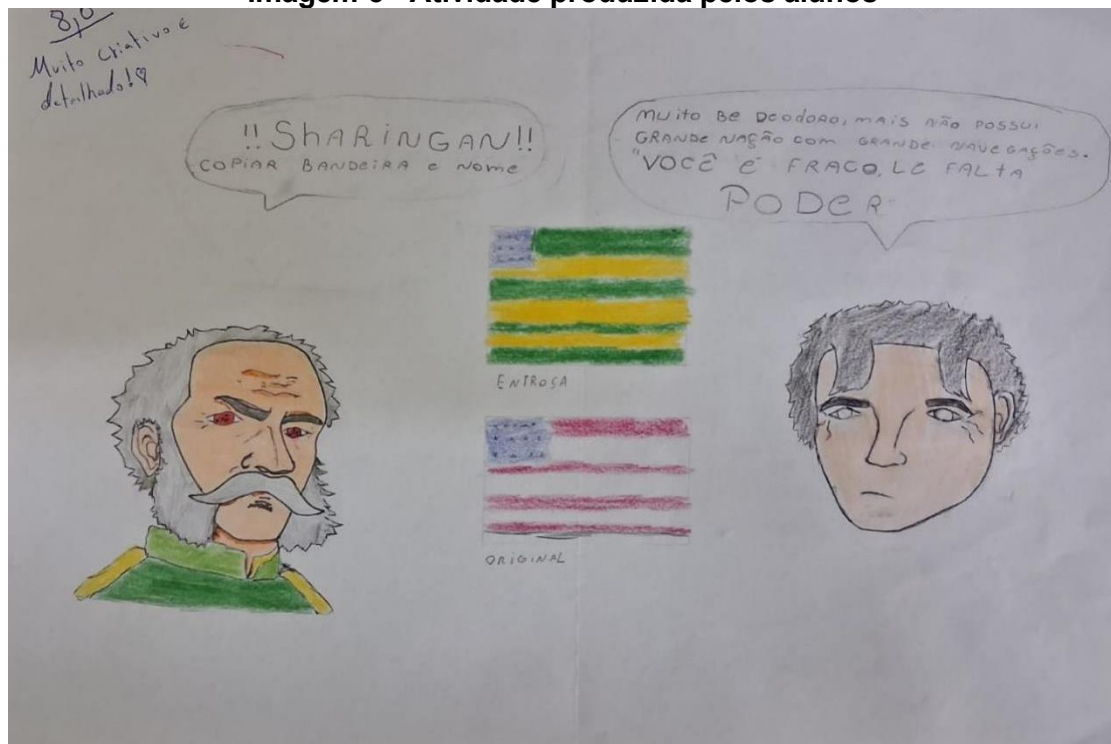
Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 4 - Atividade produzida pelos alunos



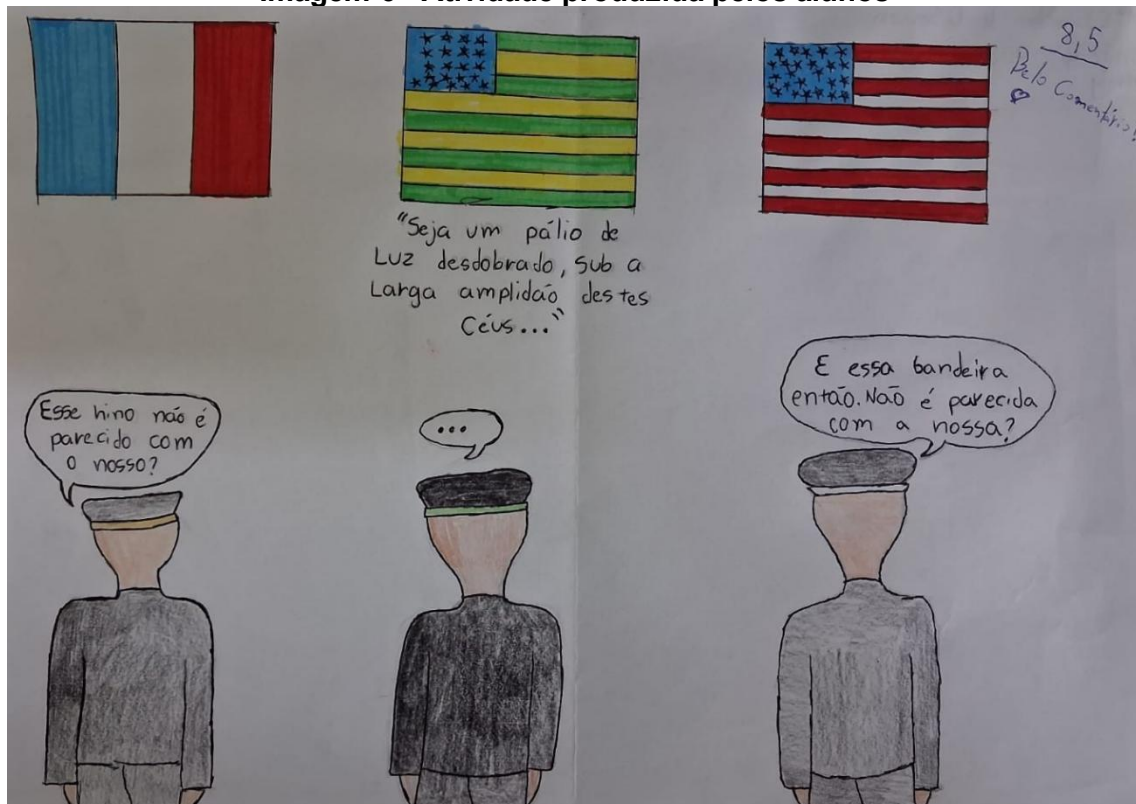
Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 5 - Atividade produzida pelos alunos



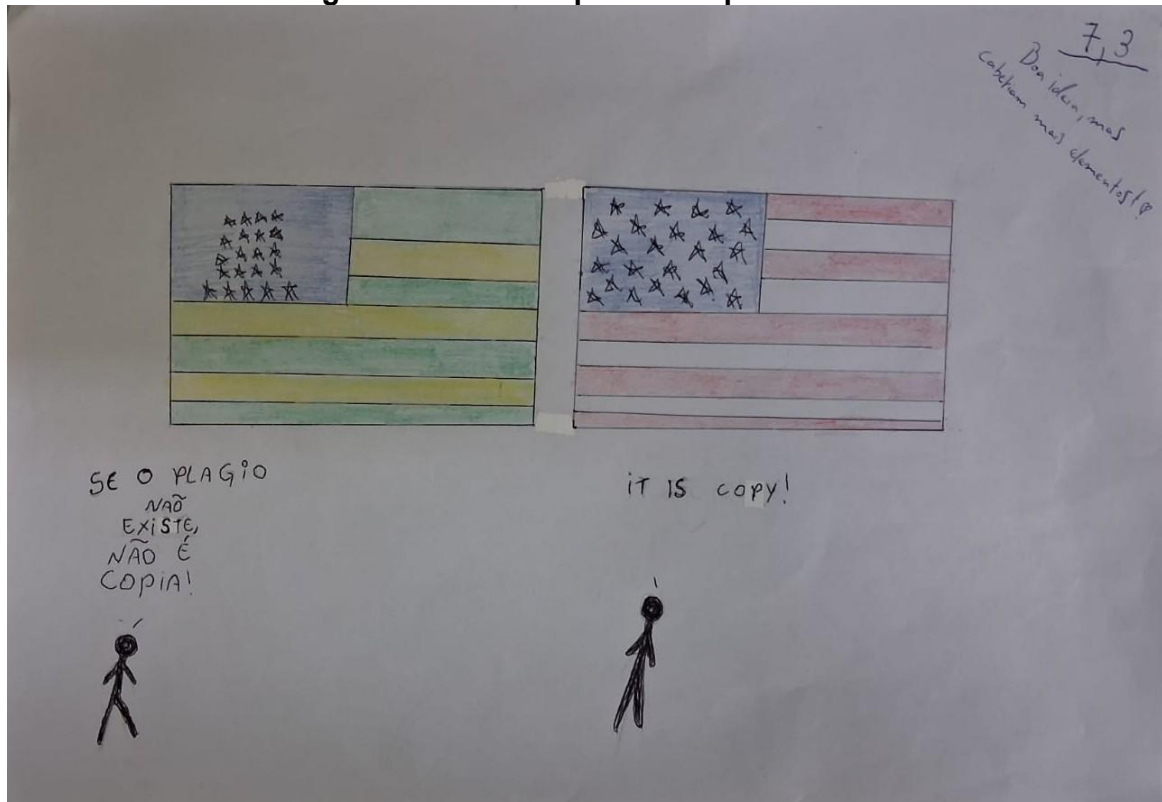
Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 6 - Atividade produzida pelos alunos



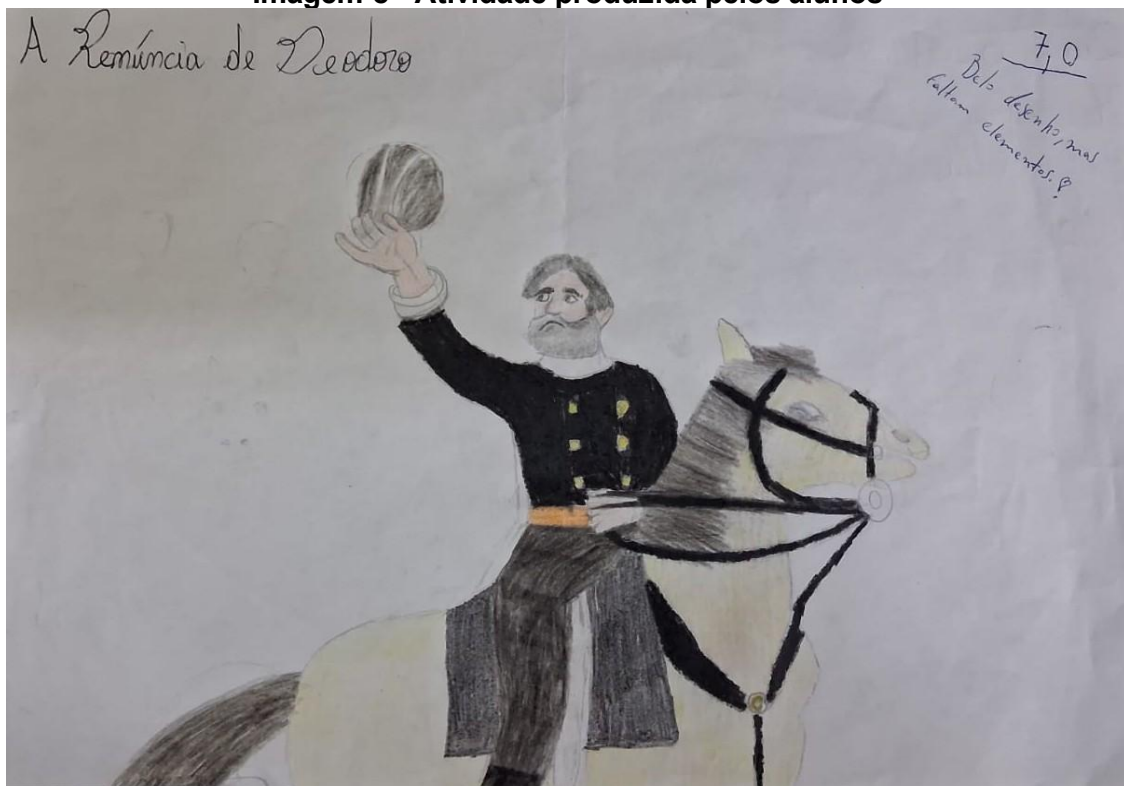
Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 7 - Atividade produzida pelos alunos



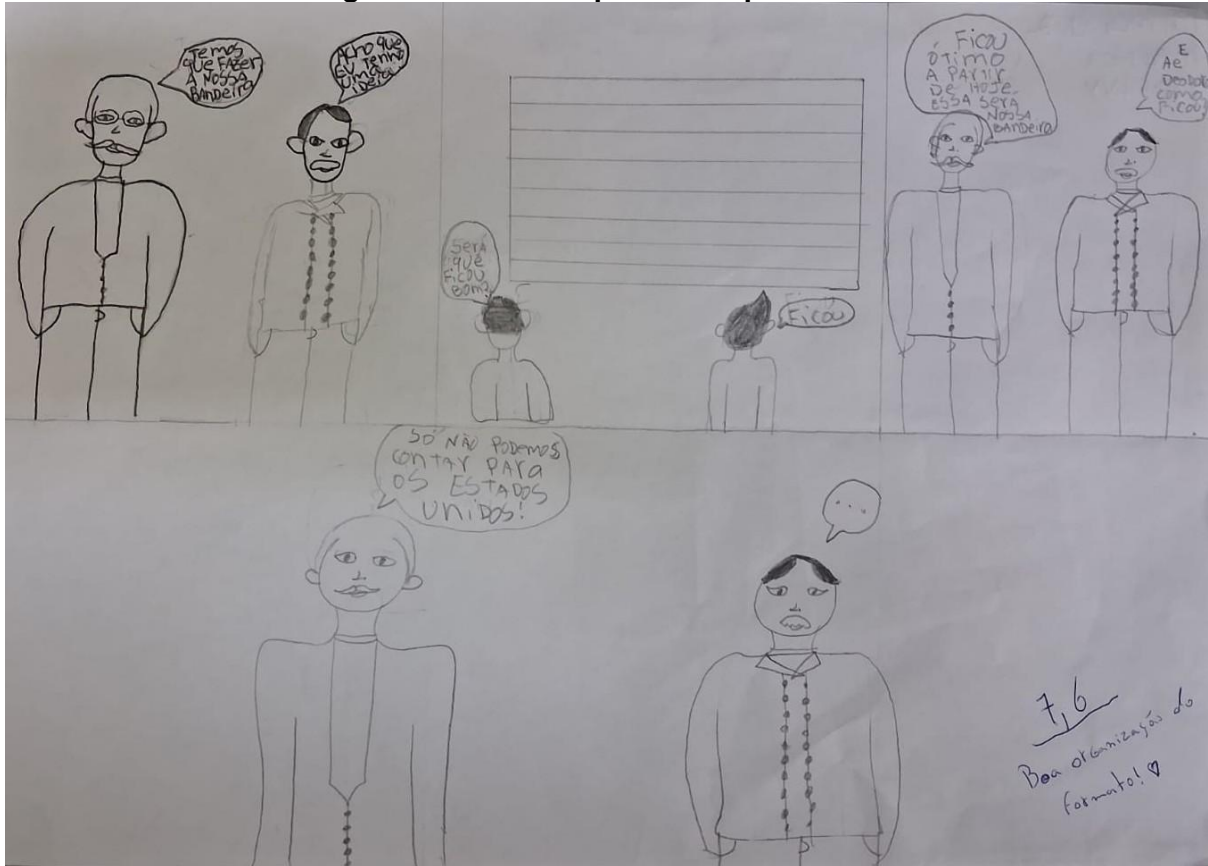
Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 8 - Atividade produzida pelos alunos



Fonte: acervo dos autores (2026).

Imagem 9 - Atividade produzida pelos alunos



Fonte: acervo dos autores (2026).

As atividades dos alunos foram essenciais na avaliação do desenvolvido durante a intervenção e para a percepção das repercussões dessa na sala de aula. Tendo todas seguido, sem sombra de dúvidas, o tema proposto, observa-se que a fundamentação teórica criou um laço com a realidade dos discentes, permitindo obras autorais que refletiram essa conexão. Não obstante, nota-se uma carência quanto à compreensão do gênero textual proposto. Por mais que algumas das produções tenham seguido fielmente as adequações, a grande maioria se expressou por outras linguagens, umas mais próximas (i.e. história em quadrinhos), outras mais distantes (i.e. memes). Tal disparidade pode ser compreendida por meio das linguagens e das formas de expressão que cercam os estudantes em seus cotidianos, predominantemente digitais.

Com a observação dos elementos apresentados pelo grupo durante a intervenção, diversas produções mostraram um caráter autoral e interpretativo dos alunos sobre o assunto. Como é predominantemente visto, observou-se com mais frequência trabalhos sobre a semelhança da primeira bandeira republicana com a americana. Outros, na mesma linha, apresentaram a figura de Deodoro da Fonseca. Sendo assim, fica explícita a influência que o uso das imagens, e não apenas a explicação, exerceu nas correlações elaboradas pelos discentes. Ou seja,

a introdução do uso da imagem em sala de aula, entre outras linguagens, se constituem ferramentas indispensáveis para que os alunos aprendam a ler e interpretar não apenas signos, mas principalmente o mundo ao seu redor, que é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o ainda mais prazeroso e possibilitando transmitir maior conhecimento, não limitando o aluno apenas no livro didático.¹⁷

Dessa maneira, a utilização da charge como fonte/linguagem, somada às produções realizadas pelos estudantes, revelou-se uma forte alternativa didática. Portanto, ao longo do processo criativo, os alunos transgrediram a limitação à “absorção” passiva do conteúdo e engajaram-se diretamente com elementos de significação autoral e análise crítica, ampliando a construção ativa do conhecimento, em consonância com as reflexões trazidas por Susy Ferreira Gomes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Proclamação da República é uma excelente escolha temática para ser trabalhada em sala de aula. Ademais, a fundamentação teórica em autores que analisam a diversidade narrativa do evento histórico facilitou o levantamento de questionamentos críticos, visando ao aprofundamento do conteúdo. A partir disso, foi possível estabelecer relações entre a historicidade da intervenção e o conteúdo escolar desenvolvido na escola.

Com a utilização de elementos visuais e sonoros na sala de aula, o fator expositivo foi crucial no desenvolver da atividade. A indagação por contestações argumentadas, as descrições sobre figuras históricas e a imagem enquanto centro para comparação e leitura de elementos históricos permitiram uma aproximação dos estudantes com o tema, de forma que o embasamento teórico não ficasse preso a um mundo que não correspondesse ao vivido pelos discentes. Assim sendo, por meio da atividade de produção, enxerga-se a fonte/linguagem charge instigante na análise feita a partir da sala de aula. Com isso, ampliam-se as possibilidades de trabalhar os acontecimentos da Proclamação da República, um conteúdo visto de forma frequentemente resumida e formalizada, para permitir uma abordagem desenvolvida nas multiplicidades de narrativa e na identificação de elementos historicamente construídos que estão em direta conexão com as realidades vividas pelos estudantes.

¹⁷ GOMES, 2017, p. 129.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thaise de Sousa. PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: a instalação do novo regime político no Brasil. **Revista Humana Res**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 41-50, 2019. Even3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29327/2151838.1.1-4>.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

GOMES, Susy Ferreira. CHARGE: GÊNERO DISCURSIVO E SEU USO EM SALA DE AULA. **REVISTA DE LETRAS - JUÇARA**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 137–152, 2017. DOI: 10.18817/rlj.v1i2.1469. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/1469>. Acesso em: 3 jun. 2026.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 289-365.